

ÍNDICE DA MATÉRIA

| | |
|--------------------------------------|-----|
| Sumário | VII |
| Apresentação da 39ª edição | IX |
| Apresentação | XI |

Teoria Geral do Direito Processual Civil

Parte I – NOÇÕES FUNDAMENTAIS

Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

§ 1º – Direito Processual Civil

| | |
|---|---|
| 1 – Noções gerais | 5 |
| 2 – Definição | 6 |
| 3 – Natureza | 6 |
| 4 – Relações com outros ramos do Direito | 7 |
| 5 – Objetivo | 8 |
| 5-a – Novos rumos do Direito Processual Civil | 8 |

§ 2º – História do Direito Processual Civil

| | |
|---|----|
| 6 – Origens | 9 |
| 7 – Evolução: mundo clássico. Grécia. | 9 |
| 8 – O processo civil romano. | 10 |
| 9 – Processo comum. | 11 |
| 10 – O processo civil moderno (fase científica). | 12 |
| 11 – Direito processual civil brasileiro | 13 |
| 12 – Regulamento nº 737 | 13 |
| 13 – Códigos estaduais | 14 |
| 14 – Códigos unitários. | 14 |
| 15 – O novo código | 15 |
| 15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil | 16 |

§ 3º – Fontes do Direito Processual Civil

| | |
|---|----|
| 16 – Noções gerais. | 17 |
| 17 – Lei processual | 17 |
| 18 – A lei processual no tempo | 18 |
| 19 – A lei processual no espaço | 19 |
| 20 – Interpretação das leis processuais | 20 |

§ 4º – Princípios Informativos do Direito Processual

| | |
|--|----|
| 21 – Noções gerais. | 22 |
| 22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal | 22 |

| | |
|---|----|
| 23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo | 23 |
| 24 – Princípio do contraditório | 24 |
| 25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição. | 25 |
| 26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual. | 25 |
| 27 – Princípio da verdade real. | 26 |
| 28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade. | 26 |
| 29 – Princípio da publicidade | 27 |
| 30 – Princípio da economia processual | 28 |
| 31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão | 28 |

Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação

§ 5º – Jurisdição

| | |
|---|----|
| 32 – Imperatividade da ordem jurídica | 29 |
| 33 – Justiça privada e justiça pública | 29 |
| 34 – Jurisdição. | 30 |
| 35 – Características da jurisdição | 32 |
| 36 – Imparcialidade e disponibilidade. | 32 |
| 37 – Objetivo da jurisdição | 33 |
| 38 – Princípios fundamentais | 34 |
| 39 – Jurisdição civil | 34 |
| 40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária | 35 |
| 41 – Substitutivos da jurisdição | 36 |
| 41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva | 36 |

§ 6º – Processo

| | |
|---|----|
| 42 – Conceito | 39 |
| 43 – Processo e procedimento | 40 |
| 44 – Autonomia do processo | 41 |
| 45 – Espécies de processo | 41 |
| 46 – Funções do processo | 42 |
| 47 – Independência dos processos. | 42 |
| 47-a – Tutela ordinária e tutelas diferenciadas | 43 |
| 47-b – Tutela ordinária e tutela de urgência. | 44 |

§ 7º – Ação

| | |
|---|----|
| 48 – O monopólio estatal da justiça | 45 |
| 49 – A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional. | 45 |
| 50 – Autonomia do direito de ação | 46 |
| 51 – A evolução do conceito de ação | 46 |
| 51-a – Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional. | 48 |
| 52 – Condições da ação | 48 |
| 53 – Enumeração e conceituação das condições da ação | 49 |
| 54 – Pressupostos processuais. | 54 |
| 55 – Classificação das ações. | 56 |
| 55-a – Ação e pretensão | 57 |
| 55-b – Ação e causa | 58 |
| 55-c – Elementos identificadores da causa | 58 |
| 56 – A defesa do réu. | 59 |
| 57 – Espécies de resposta | 60 |

Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo

§ 8º – Elementos do Processo

| | |
|--|----|
| 58 – Visão dinâmica e estática do processo | 61 |
| 59 – A relação processual | 62 |
| 60 – Classificação dos elementos do processo | 62 |

§ 9º – Efeitos da Relação Processual

| | |
|--------------------------------------|----|
| 61 – Noções gerais. | 63 |
| 62 – Direitos processuais | 63 |
| 63 – Obrigações processuais. | 63 |
| 64 – Deveres processuais | 63 |
| 65 – Ônus processuais | 64 |

Parte II – SUJEITOS DO PROCESSO

Capítulo IV – Partes e Procuradores

§ 10 – Partes

| | |
|--|----|
| 66 – Partes | 67 |
| 67 – Nomenclatura | 68 |
| 68 – Substituição processual | 68 |
| 69 – Substituição de parte (alienação do bem litigioso). | 70 |
| 70 – Capacidade processual | 70 |
| 71 – Capacidade processual das pessoas casadas | 71 |
| 72 – Curatela especial | 72 |
| 73 – Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais | 73 |
| 74 – Incapacidade processual e irregularidade de representação | 75 |

§ 11 – Deveres e Direitos das Partes e Procuradores

| | |
|--|----|
| 75 – Deveres. | 76 |
| 75-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001 | 76 |
| 76 – Responsabilidade das partes por dano processual | 78 |
| 76-a – Direitos. | 79 |
| 76-b – Direito especial dos litigantes idosos | 79 |

§ 12 – Despesas e Multas

| | |
|---|----|
| 77 – Ônus financeiro do processo | 80 |
| 78 – Antecipação das despesas | 80 |
| 79 – A sucumbência e as obrigações financeiras do processo | 81 |
| 80 – Ressalvas aos efeitos da sucumbência | 82 |
| 81 – Sucumbência recíproca. | 83 |
| 82 – Realização da obrigação de pagar as despesas processuais | 83 |
| 83 – Multas | 84 |
| 84 – Honorários de advogado | 84 |
| 85 – Cabimento dos honorários | 85 |
| 86 – Inoperância da sucumbência | 86 |
| 87 – Fixação dos honorários. | 86 |
| 88 – Alguns casos especiais de fixação de honorários | 87 |
| 89 – Execução dos honorários. | 88 |
| 90 – Assistência judiciária. | 88 |

§ 13 – Advogados

| | |
|--|----|
| 91 – Capacidade de postulação. | 91 |
|--|----|

| | |
|---|-----|
| 92 – O mandato judicial | 91 |
| 93 – Direitos e deveres | 92 |
| § 14 – Substituições das Partes e Procuradores | |
| 94 – Substituição de parte | 94 |
| 95 – Substituição do advogado. | 95 |
| Capítulo V – Pluralidade de Partes | |
| § 15 – Litisconsórcio | |
| 96 – Pluralidade de partes | 97 |
| 97 – Classificações | 97 |
| 98 – Espécies de litisconsórcio. | 97 |
| 99 – Sistema do código. | 98 |
| 100 – Casos legais de litisconsórcio. | 98 |
| 101 – Litisconsórcio necessário | 99 |
| 102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação | 100 |
| 103 – Litisconsórcio facultativo recusável | 101 |
| 104 – Posição de cada litisconsorte no processo | 102 |
| 105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais. | 103 |
| § 16 – Intervenção de Terceiros | |
| 106 – Conceito. | 104 |
| 107 – Classificações | 104 |
| § 17 – Oposição | |
| 108 – Conceito. | 106 |
| 109 – Competência | 107 |
| 110 – Procedimento | 107 |
| 111 – Julgamento da oposição. | 108 |
| § 18 – Nomeação à Autoria | |
| 112 – Conceito. | 110 |
| 113 – Pressuposto da nomeação à autoria | 110 |
| 114 – Procedimento | 110 |
| 114-a – Recurso | 111 |
| § 19 – Denúnciação da Lide | |
| 115 – Conceito. | 113 |
| 115-a – Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano | 114 |
| 116 – Obrigatoriedade da denúnciação da lide | 116 |
| 116-a – Casos de não cabimento da denúnciação da lide | 117 |
| 117 – Objetivo do incidente. | 117 |
| 118 – Legitimação | 117 |
| 119 – Procedimento | 118 |
| 120 – Efeitos da denúnciação da lide | 119 |
| 120-a – Recursos | 120 |
| 121 – Denúnciações sucessivas | 120 |

§ 20 – Chamamento ao Processo

| | |
|--|-----|
| 122 – Conceito | 123 |
| 123 – Casos de admissibilidade do incidente | 123 |
| 124 – Procedimento | 124 |
| 124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor | 125 |

§ 21 – Assistência

| | |
|--|-----|
| 125 – Conceito | 127 |
| 126 – Pressupostos da intervenção | 127 |
| 127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial | 128 |
| 128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial | 129 |
| 129 – Procedimento | 129 |
| 130 – Poderes e ônus processuais do assistente | 130 |
| 130-a – Assistência provocada | 131 |
| 130-b – O recurso de terceiro prejudicado | 131 |

Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo

§ 22 – O Ministério Público

| | |
|---|-----|
| 131 – Conceito | 135 |
| 132 – Funções | 136 |
| 133 – Natureza | 136 |
| 134 – Ministério Público como parte | 137 |
| 135 – Ministério Público como <i>custos legis</i> | 137 |
| 136 – Ausência do Ministério Público no processo | 138 |
| 137 – Órgãos do Ministério Público | 138 |
| 138 – Princípios e garantias | 139 |

Capítulo VII – Juizes

§ 23 – Competência

| | |
|--|-----|
| 139 – Conceito | 141 |
| 140 – Distribuição da competência | 142 |
| 141 – Classificação da competência | 142 |

§ 24 – Competência Internacional

| | |
|--|-----|
| 142 – Noções gerais | 143 |
| 143 – Espécies de competência internacional | 143 |
| 144 – Competência concorrente e litispendência | 144 |

§ 25 – Competência Interna

| | |
|--|-----|
| 145 – Noções gerais | 145 |
| 146 – Competência em matéria civil | 146 |
| 147 – Competência da Justiça Federal | 146 |
| 148 – Competência das Justiças Estaduais | 147 |

§ 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna

| | |
|---|-----|
| 149 – Generalidades | 149 |
| 150 – Competência do foro e competência do Juiz | 150 |
| 151 – Divisão da competência do foro | 150 |
| 152 – Cumulatividade de juízos competentes | 150 |
| 153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i> | 151 |

§ 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria

| | |
|--|-----|
| 154 – Competência em razão do valor da causa | 153 |
| 155 – Competência em razão da matéria | 153 |

§ 28 – Competência Funcional

| | |
|-------------------------------|-----|
| 156 – Conceito | 154 |
| 157 – Classificação | 154 |

§ 29 – Competência Territorial

| | |
|--|-----|
| 158 – Conceito | 156 |
| 159 – Foro comum | 156 |
| 160 – Foros subsidiários ou supletivos | 157 |
| 161 – Foros especiais | 157 |
| 162 – Ações reais imobiliárias | 158 |
| 163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência | 158 |
| 164 – Foro da União e dos Territórios Federais | 159 |
| 165 – Foros <i>ratione personae</i> | 160 |
| 166 – Foro das pessoas jurídicas | 161 |
| 166-a – Foro dos Estados e Municípios | 161 |
| 167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações | 162 |
| 168 – Foro de homologação do laudo arbitral | 162 |

§ 30 – Modificações da Competência

| | |
|---|-----|
| 169 – Competência absoluta e competência relativa | 163 |
| 170 – Prorrogação da competência | 164 |
| 171 – Prorrogação legal | 164 |
| 172 – Efeito prático | 166 |
| 173 – Prevenção | 166 |
| 174 – Outros casos de prorrogação legal | 167 |
| 175 – Conexão entre ação penal e ação civil | 168 |
| 176 – Prorrogação voluntária | 169 |
| 176-a – Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública | 170 |

§ 31 – Declaração de Incompetência

| | |
|--|-----|
| 177 – Verificação de competência | 172 |
| 178 – Exceção de incompetência | 172 |
| 179 – Incompetência absoluta | 173 |

§ 32 – Conflito de Competência

| | |
|--|-----|
| 180 – Noções gerais | 174 |
| 181 – Procedimento do conflito | 176 |
| 182 – Efeitos do conflito | 176 |

Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça

§ 33 – Organização Judiciária

| | |
|---|-----|
| 183 – O Poder Judiciário Brasileiro | 179 |
| 184 – Duplo grau de jurisdição | 181 |

| | |
|---|-----|
| 185 – Jurisdição extraordinária | 181 |
| 186 – Competência | 181 |
| 187 – Disciplina da magistratura | 182 |
| § 34 – Órgãos Judiciários | |
| 188 – Juizes | 183 |
| 189 – Requisitos de atuação do juiz | 183 |
| 190 – Garantias da magistratura | 184 |
| 191 – Poderes e deveres do juiz | 184 |
| 192 – Responsabilidade do juiz | 186 |
| 193 – Garantia de imparcialidade do juiz | 186 |
| 194 – Casuísmo legal | 187 |
| 194-a – Juiz testemunha | 188 |
| 195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido | 188 |
| § 35 – Auxiliares da Justiça | |
| 196 – O juízo | 189 |
| 197 – Escrivão | 189 |
| 198 – Oficial de justiça | 190 |
| 199 – Perito | 191 |
| 200 – Depositário e administrador | 192 |
| 201 – Intérprete | 192 |
| 202 – Outros auxiliares eventuais | 193 |

Parte III – ATOS PROCESSUAIS

Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais

§ 36 – Atos Processuais

| | |
|--|-----|
| 203 – Conceito | 197 |
| 204 – Agentes | 198 |
| 205 – Atos do processo e atos do procedimento | 198 |
| 206 – Classificação dos atos processuais | 199 |
| 207 – Forma dos atos processuais | 200 |
| 208 – Publicidade | 201 |
| 209 – Meios de expressão | 201 |
| 209-a – O uso de sistema de transmissão de dados | 202 |

§ 37 – Atos da Parte

| | |
|--|-----|
| 210 – Conceito e classificação | 203 |
| 211 – Eficácia dos atos das partes | 204 |
| 212 – Petições e autos suplementares | 204 |
| 213 – Cotas marginais e lineares nos autos | 204 |

§ 38 – Atos do Juiz

| | |
|--|-----|
| 214 – Atividade processual do juiz | 206 |
| 215 – Atos decisórios | 206 |
| 216 – Definições legais | 207 |
| 217 – Decisão interlocutória | 207 |
| 218 – Despachos | 208 |
| 219 – Sentença | 208 |
| 220 – Atos não decisórios | 209 |

| | |
|---|-----|
| 221 – Forma dos atos decisórios | 210 |
| § 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria | |
| 222 – Documentação e comunicação dos atos processuais | 211 |
| 223 – Autuação | 212 |
| 224 – Termos processuais | 212 |
| 225 – Forma dos termos | 213 |

Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

§ 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais

| | |
|--|-----|
| 226 – O tempo | 215 |
| 227 – Feriados e férias forenses | 216 |
| 228 – O lugar | 217 |

§ 41 – Prazos

| | |
|--|-----|
| 229 – Disposições gerais | 219 |
| 230 – Classificação | 220 |
| 231 – Natureza dos prazos | 220 |
| 232 – O curso dos prazos | 221 |
| 233 – Contagem dos prazos: termo inicial | 222 |
| 234 – Prazos para recurso | 224 |
| 235 – Termo final | 225 |
| 236 – Preclusão | 225 |
| 237 – Prazos para as partes | 226 |
| 238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares | 227 |
| 239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública | 227 |
| 240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários | 228 |
| 241 – Inobservância de prazo da parte | 228 |
| 242 – Inobservância dos prazos do juiz | 228 |

Capítulo XI – O Intercâmbio Processual

§ 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo

| | |
|---|-----|
| 243 – Intercâmbio processual | 229 |
| 244 – Forma dos atos de comunicação | 229 |
| 245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo | 230 |
| 246 – Requisitos das cartas | 230 |
| 247 – Cumprimento das cartas | 230 |
| 248 – Cartas urgentes | 231 |
| 249 – Custas nas cartas | 231 |
| 250 – Cartas rogatórias | 231 |

§ 43 – Citação

| | |
|--|-----|
| 251 – Conceito | 233 |
| 252 – Suprimento da citação | 233 |
| 253 – Destinatário da citação inicial | 234 |
| 254 – Local da citação | 235 |
| 255 – Impedimento legal de realização da citação | 235 |
| 256 – Modos de realizar a citação | 235 |
| 257 – Citação, por oficial de justiça | 236 |
| 258 – Citação com hora certa | 237 |
| 259 – Citação pelo Correio | 238 |
| 260 – Citação por edital | 239 |

| | |
|--|-----|
| 261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital | 240 |
| 262 – Efeitos da citação | 241 |
| 263 – Prevenção | 241 |
| 264 – Litispendência. | 241 |
| 265 – Litigiosidade | 242 |
| 266 – Mora | 242 |
| 267 – Prescrição | 242 |
| 268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição | 242 |
| § 44 – Intimações | |
| 269 – Conceito. | 244 |
| 270 – Forma | 244 |
| 271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça | 245 |
| 272 – Aperfeiçoamento da intimação | 246 |
| 273 – Intimação em audiência. | 247 |
| 274 – Intimação por edital ou com hora certa | 247 |
| 275 – Efeitos da intimação | 248 |
| 275-a – Intimação pessoal do representante do Ministério Público e do Defensor Público | 248 |

Capítulo XII – Outros Atos Processuais

§ 45 – Registro, Distribuição e Valor da Causa

| | |
|--|-----|
| 276 – Noções introdutórias | 249 |
| 277 – Registro | 249 |
| 278 – Distribuição | 249 |
| 279 – Distribuição por dependência. | 251 |
| 279-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001 | 251 |
| 280 – Valor da causa | 251 |
| 281 – Impugnação ao valor da causa | 253 |

Capítulo XIII – Vícios do Ato Processual

§ 46 – Nulidade

| | |
|---|-----|
| 282 – Conceito. | 255 |
| 283 – Espécies de vícios do ato processual | 255 |
| 284 – Atos inexistentes | 256 |
| 284-a – Noção de nulidade | 256 |
| 285 – Atos absolutamente nulos. | 257 |
| 286 – Atos relativamente nulos | 257 |
| 287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual | 258 |
| 288 – Sistema de nulidade do Código. | 258 |
| 289 – Nulidades cominadas pelo Código | 259 |
| 290 – Nulidades da citação e intimação | 260 |
| 291 – Argüição das nulidades | 260 |
| 292 – Momento da argüição | 260 |
| 293 – Decretação de nulidade | 261 |
| 294 – Efeitos da decretação | 261 |

Parte IV – INSTAURAÇÃO, CRISE E FIM DO PROCESSO

Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

§ 47 – Introdução

| | |
|-------------------------------|-----|
| 295 – Noções gerais | 265 |
|-------------------------------|-----|

§ 48 – Formação do Processo

| | |
|---|-----|
| 296 – O processo | 266 |
| 297 – Sujeitos da relação jurídica processual | 266 |
| 298 – Início do processo. | 268 |
| 299 – Formação gradual da relação processual | 268 |
| 300 – Estabilização do processo. | 269 |
| 301 – Alteração do pedido. | 269 |
| 302 – Alterações subjetivas | 270 |

§ 49 – Suspensão do Processo

| | |
|---|-----|
| 303 – Conceito. | 271 |
| 304 – Os casos de suspensão do processo. | 271 |
| 305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual | 272 |
| 306 – Suspensão por convenção das partes | 273 |
| 307 – Suspensão em razão de exceção | 274 |
| 308 – Suspensão por prejudicialidade | 274 |
| 309 – Prejudicialidade e conexão | 275 |
| 310 – Suspensão por motivo de força maior | 276 |
| 311 – Outros casos legais de suspensão | 276 |
| 312 – Férias e suspensão do processo | 276 |

§ 50 – Extinção do Processo (I)

| | |
|---|-----|
| 313 – Encerramento da relação processual | 278 |
| 314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito. | 278 |
| 315 – Indeferimento da inicial. | 279 |
| 316 – Abandono da causa | 279 |
| 317 – Ausência de pressupostos processuais | 280 |
| 318 – Perempção | 281 |
| 319 – Litispendência e coisa julgada | 281 |
| 320 – Condições da ação | 282 |
| 321 – Convenção de arbitragem | 283 |
| 322 – Desistência da ação | 283 |
| 323 – Intransmissibilidade da ação | 284 |
| 324 – Confusão entre autor e réu | 284 |
| 325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito | 285 |
| 326 – Iniciativa da extinção do processo | 285 |
| 326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for suprível | 285 |

§ 51 – Extinção do Processo (II)

| | |
|--|-----|
| 327 – Extinção do processo com julgamento do mérito. | 287 |
| 328 – Acolhimento ou rejeição do pedido. | 288 |
| 329 – Reconhecimento do pedido pelo réu | 288 |
| 330 – Transação | 289 |
| 330-a – Retratação e rescisão de transação | 289 |
| 331 – Prescrição e decadência. | 290 |
| 331-a – A prescrição e os diversos tipos de ação | 291 |
| 332 – Renúncia ao direito | 292 |

Processo de Conhecimento

Parte V – PROCESSO E PROCEDIMENTO

Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

§ 52 – Processo e Procedimentos de Cognição

| | |
|---|-----|
| 333 – Processo | 297 |
| 334 – Procedimento | 297 |
| 335 – Procedimentos no processo de cognição | 298 |
| 336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária | 299 |
| 337 – Esquema do procedimento ordinário | 299 |
| 338 – Fases do procedimento ordinário | 300 |
| 339 – Fase postulatória | 300 |
| 340 – Fase saneadora | 300 |
| 341 – Fase instrutória | 301 |
| 342 – Fase decisória | 301 |
| 342-a – Adequação do Procedimento | 301 |
| § 53 – Procedimento sumário | |
| 343 – Causas de rito sumário | 304 |
| 343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário. | 305 |
| 344 – Outras causas de procedimento sumário | 307 |
| 345 – Indisponibilidade do rito sumário. | 307 |
| 346 – O procedimento | 308 |
| 347 – A petição inicial e seu despacho | 309 |
| 348 – A citação e a resposta do réu | 310 |
| 349 – Audiência de conciliação | 311 |
| 349-a – Audiência de instrução e julgamento | 313 |
| 350 – Revelia | 313 |
| 351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência | 314 |
| 352 – Direito intertemporal | 314 |

Parte VI – PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Capítulo XVI – Fase de Postulação

§ 54 – Petição Inicial

| | |
|---|-----|
| 353 – Petição inicial | 319 |
| 354 – Requisitos da petição inicial | 320 |
| 355 – Despacho da petição inicial. | 321 |
| 356 – Casos de indeferimento da petição inicial | 322 |
| 357 – Extensão do indeferimento | 323 |
| 358 – Efeitos do despacho da petição inicial | 324 |

§ 55 – O Pedido

| | |
|---|-----|
| 359 – Petição inicial | 325 |
| 360 – Pedido | 325 |
| 361 – Requisitos do pedido | 326 |
| 362 – Pedido concludente | 326 |
| 363 – Pedido genérico | 326 |
| 364 – Pedido cominatório | 327 |
| 365 – Pedido alternativo | 328 |
| 366 – Pedidos sucessivos | 328 |
| 367 – Pedido de prestações periódicas | 329 |
| 368 – Pedido de prestação indivisível | 329 |
| 369 – Pedidos cumulados | 329 |
| 370 – Espécies de cumulação de pedido | 330 |
| 371 – Interpretação do pedido | 331 |
| 372 – Aditamento do pedido | 331 |
| 372-a – Modificação do pedido | 332 |

| | |
|---|-----|
| 372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento | 332 |
| 372-c – Fungibilidade das medidas cautelares e antecipatórias | 335 |
| 372-d – A efetivação da tutela antecipada | 337 |
| 372-e – Tutela antecipada parcial | 338 |
| § 56 – A Resposta do Réu | |
| 373 – A defesa do réu | 340 |
| 374 – A resposta do réu | 340 |
| 375 – Espécies de defesa | 341 |
| 376 – Defesa processual | 341 |
| 377 – Defesa de mérito | 342 |
| 378 – Reconvenção | 343 |
| 379 – Síntese | 343 |
| § 57 – Contestação | |
| 380 – Conceito | 344 |
| 381 – Conteúdo e forma da contestação | 345 |
| 382 – Ônus da defesa especificada | 345 |
| 383 – Preliminares da contestação | 346 |
| 384 – Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares | 348 |
| 385 – Réplica ou impugnação do autor | 348 |
| § 58 – Exceções | |
| 386 – Conceito | 349 |
| 387 – Prazo | 350 |
| 388 – Efeito da exceção | 350 |
| 389 – Exceção de incompetência. Cabimento | 351 |
| 390 – Procedimento | 351 |
| 391 – Exceções de impedimento e de suspeição | 351 |
| § 59 – Reconvenção | |
| 392 – Conceito | 355 |
| 393 – Pressupostos da reconvenção | 355 |
| 394 – Procedimento | 358 |
| 394-a – Reconvenção sem contestação | 359 |
| 395 – Extinção do processo principal | 359 |
| § 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido | |
| 396 – Revelia | 360 |
| 397 – Os efeitos da revelia | 360 |
| 398 – Alteração do pedido | 362 |
| 399 – Reconhecimento da procedência do pedido | 362 |
| Capítulo XVII – Fase de Saneamento | |
| § 61 – Providências Preliminares | |
| 400 – Conceito | 363 |
| 401 – Réplica do autor | 364 |
| 402 – Revelia e provas | 364 |
| 403 – Intervenção do Ministério Público | 365 |
| 404 – Ação declaratória incidental | 365 |
| 405 – Outras providências preliminares | 366 |
| § 62 – Julgamento Conforme o Estado do Processo | |
| 406 – Conceito | 367 |

| | |
|---|-----|
| 407 – Extinção do processo | 367 |
| 408 – Julgamento antecipado da lide | 368 |
| 408-a – Audiência preliminar | 369 |
| § 63 – Saneamento do Processo | |
| 409 – Despacho saneador | 372 |
| 410 – Cabimento. | 372 |
| 411 – Conteúdo | 373 |
| 412 – Efeito preclusivo | 373 |
| 413 – Formas do despacho saneador | 374 |

Capítulo XVIII – Fase Probatória

§ 64 – A Prova

| | |
|--|-----|
| 414 – Conceito. | 375 |
| 415 – Características da prova. | 376 |
| 416 – Objeto da prova | 376 |
| 417 – Finalidade e destinatário da prova | 377 |
| 418 – Valoração da prova | 378 |
| 419 – O sistema do Código | 379 |
| 420 – Poder de instrução do juiz | 380 |
| 421 – Ônus da prova. | 381 |
| 422 – Sistema legal do ônus da prova | 381 |
| 422-a – Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor. | 382 |
| 423 – Convenção sobre ônus da prova | 383 |
| 424 – Meios de prova | 383 |
| 424-a – Prova por presunção | 384 |
| 425 – Procedimento probatório | 385 |
| 426 – Instrução através de carta | 386 |
| 427 – Dever de colaboração com a Justiça | 386 |

§ 65 – Depoimento Pessoal

| | |
|--|-----|
| 428 – Conceito. | 387 |
| 429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal. | 387 |
| 430 – Legitimação para o depoimento | 388 |
| 431 – Objeto do depoimento pessoal | 388 |
| 432 – Procedimento | 388 |

§ 66 – Confissão

| | |
|--|-----|
| 433 – Conceito. | 390 |
| 434 – Requisitos da confissão | 390 |
| 435 – Classificações | 391 |
| 436 – Efeitos da confissão. | 391 |
| 437 – Indivisibilidade da confissão | 392 |
| 438 – Valor da confissão extrajudicial | 393 |

§ 67 – Exibição de Documento ou Coisa

| | |
|--|-----|
| 439 – Conceito. | 394 |
| 440 – Oportunidade da medida | 394 |
| 441 – Legitimação. | 394 |
| 442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte. | 395 |
| 443 – Procedimento e conseqüências da exibição requerida contra terceiro | 396 |

§ 68 – Prova Documental

| | |
|-------------------------|-----|
| 444 – Conceito. | 401 |
|-------------------------|-----|

| | |
|---|-----|
| 445 – Força probante dos documentos | 402 |
| 446 – Documentos públicos | 402 |
| 447 – Documentos particulares | 404 |
| 448 – Valor probante do documento particular | 405 |
| 449 – Telegramas, cartas, registros domésticos | 406 |
| 450 – Livros comerciais | 407 |
| 451 – Reprodução de documentos particulares | 407 |
| 452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos | 408 |
| 453 – Documentos viciados em sua forma | 409 |
| 454 – Falsidade documental | 409 |
| 455 – Espécies de falsidade | 410 |
| 456 – Ônus da prova | 411 |
| 457 – O incidente de falsidade | 412 |
| 458 – Procedimento do incidente de falsidade | 412 |
| 458-a – Facultatividade do incidente de falsidade | 414 |
| 459 – Produção da prova documental | 414 |
| 460 – Desentranhamento de documentos | 416 |

§ 69 – Prova Testemunhal

| | |
|--|-----|
| 461 – Conceito | 418 |
| 462 – Valor probante das testemunhas | 419 |
| 463 – Direitos e deveres da testemunha | 421 |
| 464 – A produção da prova testemunhal | 423 |
| 464-a – Inovação do procedimento da prova testemunhal (Lei nº 10.358, de 27.12.2001) | 427 |

§ 70 – Prova Pericial

| | |
|---|-----|
| 465 – Conceito | 428 |
| 466 – Admissibilidade da perícia | 429 |
| 467 – O perito | 430 |
| 468 – O procedimento da prova pericial | 431 |
| 468-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, acerca do parecer do assistente técnico | 434 |
| 468-b – Outras inovações da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, sobre a prova pericial | 434 |
| 469 – Valor probante da perícia | 434 |
| 470 – Nova perícia | 435 |

§ 71 – Inspeção Judicial

| | |
|------------------------------|-----|
| 471 – Conceito | 437 |
| 472 – Procedimento | 437 |

§ 72 – Audiência de Instrução e Julgamento

| | |
|--|-----|
| 473 – Audiência | 439 |
| 474 – Características da audiência | 439 |
| 475 – Atos preparatórios | 441 |
| 476 – Adiamento da audiência | 441 |
| 477 – Antecipação de audiência | 443 |
| 478 – Conciliação | 443 |
| 479 – Procedimento da conciliação | 445 |
| 480 – Instrução e julgamento | 445 |
| 481 – Documentação da audiência | 447 |

Capítulo XIX – Fase Decisória

§ 73 – Noções Introdutórias

| | |
|--------------------------------------|-----|
| 482 – Conceito de processo | 449 |
|--------------------------------------|-----|

| | |
|--|-----|
| 483 – Conteúdo e finalidade do processo | 450 |
| § 74 – Sentença | |
| 484 – Definição legal e classificação doutrinária | 451 |
| 485 – Natureza da sentença definitiva | 452 |
| 486 – Função da sentença definitiva | 453 |
| 486-a – Função da sentença terminativa | 454 |
| § 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença | |
| 487 – Conteúdo da sentença | 455 |
| 488 – Relatório | 455 |
| 489 – Motivação | 456 |
| 490 – Dispositivo da sentença | 457 |
| 491 – Condições formais da sentença | 457 |
| 492 – Clareza | 458 |
| 493 – Precisão | 458 |
| 493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer | 459 |
| 493-a-1 – Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa | 461 |
| 493-b – Princípio da demanda e princípio da congruência | 462 |
| 494 – Publicação e intimação da sentença | 462 |
| 495 – Efeitos da publicação | 463 |
| 496 – Correção e integração da sentença | 464 |
| 496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i> | 464 |
| 496-b – Interpretação da sentença | 466 |
| § 76 – Classificação das Sentenças | |
| 497 – Classificações | 468 |
| 498 – Sentenças declaratórias | 469 |
| 499 – Sentenças condenatórias | 469 |
| 500 – Sentença constitutiva | 470 |
| 501 – Momento de eficácia da sentença | 470 |
| 502 – Multiplicidade de efeitos da sentença | 471 |
| § 77 – Efeitos da Sentença | |
| 503 – Conceito | 472 |
| 504 – Entrega da prestação jurisdicional | 472 |
| 505 – Hipoteca judiciária | 473 |
| 506 – Outros efeitos secundários da sentença | 473 |
| § 78 – Coisa Julgada | |
| 507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código | 475 |
| 508 – Coisa julgada formal e material | 476 |
| 508-a – Terminologia do julgamento de mérito | 478 |
| 509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada | 479 |
| 510 – Arguição da coisa julgada | 479 |
| 511 – Preclusão | 480 |
| § 79 – Limites da Coisa Julgada | |
| 512 – Limites objetivos | 483 |
| 513 – Motivos da sentença | 484 |
| 514 – Verdade dos fatos | 486 |
| 515 – Questões prejudiciais | 486 |
| 516 – Questões implicitamente resolvidas | 487 |

| | |
|--|-----|
| 517 – Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário) | 488 |
| 517-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre reexame necessário | 490 |
| 518 – Limites subjetivos. | 491 |
| 518-a – Coisa julgada nas ações coletivas. | 492 |
| 519 – Causas de estado | 495 |
| 520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de rejuízos | 495 |
| 520-a – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso. | 495 |
| 521 – Execução forçada e coisa julgada. | 497 |

Parte VII – RECURSOS

Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

§ 80 – Recursos

| | |
|--|-----|
| 522 – Conceito. | 501 |
| 523 – Fundamento do direito de recurso | 502 |
| 524 – Atos sujeitos a recurso | 502 |
| 525 – Recursos admissíveis | 503 |
| 526 – Correição parcial | 504 |
| 526-a – A técnica de julgamento dos recursos | 505 |
| 526-b – <i>Reformatio in pejus</i> | 505 |

§ 81 – Princípios Gerais dos Recursos

| | |
|--|-----|
| 527 – Duplo grau de jurisdição | 506 |
| 528 – Legitimação para recorrer. | 506 |
| 528-a – Particularidades do recurso de terceiro | 507 |
| 529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer | 508 |
| 530 – Pressupostos objetivos do recurso | 508 |
| 531 – Recorribilidade da decisão | 508 |
| 532 – Tempestividade | 508 |
| 533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso | 510 |
| 534 – Singularidade do recurso | 510 |
| 535 – Adequação do recurso | 511 |
| 536 – Preparo | 512 |
| 537 – Motivação e forma | 512 |
| 537-a – Efeitos do recurso. | 513 |
| 538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos. | 513 |
| 539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença. | 514 |
| 540 – Recurso adesivo. | 515 |
| 540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau. | 515 |
| 540-a-1 – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do agravo posterior à sentença. | 517 |
| 540-b – A recorribilidade necessária da decisão singular do relator | 517 |

§ 82 – A Apelação

| | |
|---|-----|
| 541 – Conceito. | 519 |
| 542 – Interposição da apelação | 520 |
| 543 – Efeitos da apelação | 521 |
| 543-a – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito devolutivo da apelação. | 524 |
| 543-a-1 – Questão de fato e questão de direito | 524 |
| 543-a-2 – Polêmica acerca da inovação operada no § 3º do art. 515 | 525 |
| 543-a-3 – Prescrição e decadência. | 527 |
| 543-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito suspensivo da apelação (vigência a partir de 27.03.2002) | 527 |

| | |
|--|-----|
| 544 – Recebimento da apelação | 528 |
| 545 – Deserção | 529 |
| 546 – Prazo para interposição da apelação | 530 |
| 547 – Julgamento em segunda instância | 530 |
| § 83 – Agravo | |
| 548 – Conceito. | 532 |
| 549 – Espécies de agravo | 533 |
| 550 – Agravo retido | 533 |
| 550-bis – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do agravo retido | 535 |
| 550-a – Agravo posterior à apelação | 535 |
| 550-b – Agravo retido no procedimento sumário | 536 |
| 551 – Agravo de instrumento | 536 |
| 552 – Efeitos do agravo de instrumento | 537 |
| 553 – Processamento do agravo de instrumento | 538 |
| 553-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do processamento do agravo de instrumento | 540 |
| 554 – O contraditório | 541 |
| 554-a – Outras observações sobre o novo regime do agravo de instrumento | 542 |
| § 84 – Embargos Infringentes | |
| 555 – Conceito. | 544 |
| 556 – Processamento | 546 |
| 557 – Embargos adesivos | 547 |
| 557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes | 547 |
| 557-b – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os embargos infringentes | 547 |
| 557-c – Legitimação para embargar | 548 |
| § 85 – Embargos de Declaração | |
| 558 – Conceito. | 551 |
| 559 – Pressupostos dos embargos de declaração | 551 |
| 560 – Procedimento | 552 |
| 561 – Efeito interruptivo | 552 |
| 562 – Embargos manifestamente protelatórios | 553 |
| § 86 – O Recurso de Revista e a Uniformização da Jurisprudência | |
| 563 – Recurso de revista. | 556 |
| 564 – Uniformização da jurisprudência | 556 |
| 565 – Pressupostos do incidente. | 556 |
| 566 – Legitimação para a provocação do incidente | 557 |
| 567 – Apreciação do incidente | 557 |
| 568 – Súmula jurisprudencial | 558 |
| § 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça | |
| 569 – Intróito | 560 |
| 570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal | 561 |
| 571 – Recurso extraordinário | 561 |
| 572 – Pressupostos do recurso extraordinário. | 562 |
| 573 – Função do recurso extraordinário. | 563 |
| 574 – Efeitos do recurso extraordinário | 563 |
| 575 – Processamento do recurso extraordinário. | 564 |
| 575-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o processamento do recurso extraordinário e do recurso especial | 565 |
| 575-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o agravo previsto no art. 544 | 565 |

| | |
|---|-----|
| 576 – Poderes do Relator | 566 |
| 576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça | 567 |
| 576-b – Recurso especial | 567 |
| 576-c – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial | 571 |
| 576-d – Relevância da questão federal | 572 |
| 576-d-1 – Concomitância de embargos infringentes e recursos para o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça | 572 |
| 576-e – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça | 573 |
| 576-f – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal | 574 |
| 576-g – Reclamação perante o STF e o STJ. | 575 |
| 576-h – Recurso especial ou extraordinário retido | 576 |
| § 88 – Direito Intertemporal em Matéria de Recursos | |
| 577 – Posição do novo Código | 579 |
| 578 – Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos | 579 |

Parte VIII – O PROCESSO NOS TRIBUNAIS

Capítulo XXI – Noções Gerais

§ 89 – O Processo nos Tribunais

| | |
|---|-----|
| 579 – Duplo grau de jurisdição | 583 |
| 580 – Competência dos tribunais | 583 |
| 581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais | 584 |
| 582 – Casos de competência originária dos tribunais | 584 |
| 583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil. | 586 |
| 584 – O funcionamento dos tribunais | 587 |
| 585 – O sistema de julgamento dos tribunais | 588 |
| 585-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os julgamentos pelos tribunais | 589 |

§ 90 – Homologação de Sentença Estrangeira

| | |
|---|-----|
| 586 – A eficácia da sentença estrangeira | 592 |
| 587 – O sistema nacional | 592 |
| 588 – A homologação da sentença estrangeira | 593 |
| 589 – Natureza da decisão homologatória. | 593 |
| 590 – O procedimento | 594 |
| 591 – A execução | 595 |

§ 91 – Declaração de Inconstitucionalidade

| | |
|--|-----|
| 592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro. | 596 |
| 593 – Regulamentação legal. | 596 |
| 594 – O incidente de argüição de inconstitucionalidade nos tribunais | 597 |
| 595 – Objeto da argüição de inconstitucionalidade | 597 |
| 596 – Iniciativa de argüição | 597 |
| 597 – Momento da argüição. | 598 |
| 598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente | 598 |
| 599 – O julgamento da argüição. | 598 |

§ 92 – Ação Rescisória

| | |
|------------------------------|-----|
| 600 – Conceito. | 601 |
| 601 – Pressupostos | 603 |

| | |
|---|-----|
| 602 – Casos de admissibilidade da rescisória | 605 |
| 603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I). | 606 |
| 604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II) | 606 |
| 605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III) | 607 |
| 606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III) | 608 |
| 607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV) | 608 |
| 608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V) | 608 |
| 609 – Falsidade de prova (art. 485, VI) | 609 |
| 610 – Documento novo (art. 485, VII) | 610 |
| 611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII) | 611 |
| 612 – Erro de fato (art. 485, IX). | 611 |
| 613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória | 612 |
| 613-a – Sentença homologatória em processo contencioso | 613 |
| 614 – Legitimação | 614 |
| 615 – O pedido, <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> | 615 |
| 616 – Multa de 5% sobre o valor da causa | 616 |
| 617 – A execução da sentença rescindenda | 617 |
| 618 – Indeferimento da inicial. | 617 |
| 619 – Procedimento | 617 |
| 620 – Natureza e conteúdo da decisão. | 618 |
| 620-a – A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fê | 619 |
| 621 – Rescisória de rescisória | 622 |
| 622 – Prazo de propositura da ação rescisória. | 622 |
| 623 – Sentença nula de pleno direito | 623 |
| <i>Bibliografia</i> | 627 |
| <i>Índice Onomástico</i> | 633 |
| <i>Índice Alfabético de Assuntos</i> | 635 |
| <i>Índice dos Fluxogramas</i> | 653 |

ÍNDICE DA MATÉRIA

| | |
|----------------------------------|------|
| Sumário | V |
| Apresentação da 39ª edição | IX |
| Apresentação da 38ª edição | XI |
| Apresentação | XIII |

Processo de Execução e Cumprimento da Sentença
Processo Cautelar e Tutela de Urgência

Parte IX – As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro Reformado

Capítulo XXII – Panorama das Vias Executivas

| | |
|---|----|
| § 93 – A Abolição da Ação de Execução de Sentença | |
| 624 – Introdução | 6 |
| 625 – O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo | 7 |
| 626 – A história da execução forçada no direito antigo de origem românica | 8 |
| 627 – O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno | 10 |
| 628 – A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i> | 11 |
| 629 – As reformas com que, afinal, o direito brasileiro eliminou a <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias | 11 |
| 630 – Vias de execução disponíveis no moderno processo civil brasileiro | 13 |
| 631 – Resumo dos propósitos da reforma operada pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005 | 13 |
| 632 – Algumas reações ao projeto de abolição completa da <i>actio iudicati</i> | 15 |
| 633 – Conclusões | 17 |
| 634 – Direito intertemporal | 19 |
| § 94 – Cumprimento da Sentença Condenatória | |
| 635 – A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados | 22 |
| 636 – Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças | 24 |
| 636-a – A possibilidade de execução com base em sentença declaratória | 25 |
| 636-b – Cumprimento por iniciativa do devedor | 28 |
| 636-c – Sucumbência | 28 |

Capítulo XXIII – Cumprimento da Sentença Relativa às Obrigações de Fazer e Não Fazer

| | |
|---|----|
| § 95 – Noções Introdutórias | |
| 637 – Noção de obrigação de fazer e não fazer | 30 |
| 638 – Execução específica e execução substitutiva | 30 |
| § 96 – Técnicas Processuais | |
| 639 – Tutela específica | 32 |
| 639-a – Tutela substitutiva | 33 |
| 639-b – Medidas de apoio | 34 |
| 639-c – A multa (<i>astreinte</i>) | 34 |
| 639-d – Execução da multa | 36 |

| | |
|--|----|
| 639-e – Obrigações de não fazer | 37 |
| 639-f – Encerramento do processo | 37 |

§ 97 – Regras Especiais sobre a Sentença que Condena ao Cumprimento de Obrigação de Declarar Vontade

| | |
|---|----|
| 640 – Execução das prestações de declaração de vontade | 39 |
| 640-a – Satisfação da contraprestação a cargo do exequente | 40 |
| 640-b – A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade | 41 |
| 640-c – Natureza jurídica da sentença | 41 |

Capítulo XXIV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação de Entrega de Coisa

§ 98 – Noções Introdutórias

| | |
|---|----|
| 641 – Noção de obrigação de dar (<i>entrega de coisa</i>) | 44 |
| 641-a – Execução específica e execução substitutiva | 44 |

§ 99 – Técnica Processual

| | |
|---|----|
| 642 – Procedimento pós-sentença | 46 |
| 643 – Tutela substitutiva | 46 |
| 644 – Multa e outras medidas de apoio | 47 |
| 645 – Obrigação genérica | 47 |
| 646 – Retenção por benfeitorias | 47 |

Capítulo XXV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação por Quantia Certa

§ 100 – Noções Introdutórias

| | |
|--|----|
| 647 – Noção de obrigação por quantia certa | 50 |
| 648 – Execução por quantia certa fundada em sentença | 50 |
| 649 – Multa legal | 50 |

§ 101 – Técnica Processual

| | |
|--------------------------------------|----|
| 650 – Requerimento do credor | 53 |
| 651 – O procedimento executivo | 53 |

§ 102 – Defesa do Devedor

| | |
|--|----|
| 652 – Impugnação do executado | 56 |
| 653 – Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença | 56 |
| 654 – Incompetência do juízo, impedimento ou suspeição do juiz | 61 |
| 655 – Regra especial para a impugnação ao excesso de execução | 62 |
| 656 – Procedimento da impugnação | 62 |
| 657 – Efeito da impugnação | 62 |
| 658 – Instrução probatória | 62 |
| 659 – Julgamento da impugnação | 63 |

Capítulo XXVI – Os Títulos Judiciais Executivos

§ 103 – Enumeração Legal

| | |
|---|----|
| 660 – Noções introdutórias | 66 |
| 660-a – Medidas preparatórias | 67 |
| 660-b – Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença estrangeira | 67 |
| 660-c – Encerramento da execução de sentença | 67 |

| | |
|---|----|
| § 104 – Os Diversos Títulos Executivos Judiciais | |
| 661 – Sentença condenatória civil | 70 |
| 662 – Nova visão dos efeitos da sentença declaratória | 72 |
| 663 – Sentenças de indenização por ato ilícito | 74 |
| 664 – Pensionamento em salários mínimos | 76 |
| 665 – Sentença penal condenatória | 76 |
| 666 – Sentença homologatória de conciliação ou de transação | 77 |
| 667 – Homologação de acordo extrajudicial | 78 |
| 668 – Sentença arbitral | 78 |
| 669 – Sentença estrangeira | 79 |
| 670 – O formal de partilha | 80 |
| § 105 – Particularidades de Alguns Títulos Executivos Judiciais | |
| 671 – Condenações a prestações alternativas | 82 |
| 672 – Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo | 82 |
| 672-a – Requisito de admissibilidade da sentença condicional ou a termo | 83 |
| 673 – Julgamento fracionado da lide | 84 |
| § 106 – Execução Provisória e Definitiva | |
| 674 – Noções introdutórias | 87 |
| 675 – Fundamentos da execução provisória | 87 |
| 676 – Execução de título extrajudicial embargada | 87 |
| 677 – Situação do tema no Código | 88 |
| 678 – Normas básicas da execução provisória | 89 |
| 678-a – Incidentes da execução provisória | 91 |
| 678-b – Processamento da execução provisória | 92 |
| § 107 – Competência | |
| 679 – Juízo competente para o cumprimento da sentença | 94 |
| 679-a – Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença | 94 |
| 679-b – Competência opcional para o cumprimento da sentença relativa à obrigação por quantia certa | 95 |
| 679-c – Competência para cumprimento da sentença arbitral | 95 |
| 679-d – Competência para execução civil da sentença penal | 95 |
| 679-e – Competência internacional | 96 |

Capítulo XXVII – Título Judicial Ilíquido

| | |
|--|-----|
| § 108 – Liquidação da Sentença Condenatória Genérica | |
| 680 – Sentença ilíquida | 98 |
| 681 – Execução da sentença ilíquida | 98 |
| 682 – Casos de iliquidez da sentença | 99 |
| 682-a – Natureza jurídica da liquidação da sentença | 99 |
| 682-b – A liquidação e os honorários advocatícios | 100 |
| 682-c – Limites da liquidação | 101 |
| 682-d – Contraditório | 101 |
| 682-e – Liquez parcial da sentença | 101 |
| 682-f – Liquidação por iniciativa do vencido | 102 |
| 682-g – Recursos | 102 |
| 682-h – Liquidação frustrada | 103 |
| § 109 – Procedimentos da Liquidação | |
| 683 – Procedimentos possíveis | 106 |
| 683-a – Liquidação por cálculo | 106 |
| 683-b – Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos | 107 |

| | |
|--|-----|
| 683-c – Memória de cálculo aparentemente excessiva | 107 |
| 683-d – Liquidação por arbitramento | 108 |
| 683-e – Liquidação por artigos | 109 |
| 683-f – A indisponibilidade do rito da liquidação | 110 |
| 683-g – Rescisão da decisão liquidatória | 111 |
| 683-h – Direito intertemporal | 112 |

Parte X – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

Capítulo XXVIII – Processo de Execução

| | |
|--|-----|
| § 110 – Princípios Gerais da Execução Forçada | |
| 684 – Vias de execução | 120 |
| 685 – O processo judicial | 120 |
| 686 – Processo de conhecimento e processo de execução | 120 |
| 686-a – Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento | 121 |
| 686-b – Visão unitária da jurisdição | 122 |
| 686-c – Realização da sanção: fim da execução forçada | 123 |
| 686-d – Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada | 123 |
| 686-e – Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos | 124 |
| 686-f – Meios de execução | 125 |
| 686-g – Autonomia do processo de execução | 125 |
| 686-h – Cumprimento da sentença e processo de execução | 127 |
| 686-i – Novos rumos da execução de sentença | 127 |
| § 111 – Princípios Informativos da Tutela Jurisdicional Executiva | |
| 687 – Princípios informativos do processo de execução | 130 |
| 687-a – Princípio da realidade: toda execução é real | 130 |
| 687-b – Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor | 131 |
| 687-c – Princípio da utilidade da execução | 131 |
| 687-d – Princípio da economia da execução | 131 |
| 687-e – Princípio da especificidade da execução | 131 |
| 687-f – Princípio dos ônus da execução | 132 |
| 687-g – Princípio do respeito à dignidade humana | 133 |
| 687-h – Princípio da disponibilidade da execução | 133 |
| 687-i – Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo | 134 |
| § 112 – Formas de Execução e Atos de Execução | |
| 688 – As várias formas de execução | 137 |
| 688-a – Execução singular e execução coletiva | 137 |
| 689 – Atos de execução | 137 |
| 690 – Relação processual executiva | 139 |
| 691 – A citação executiva | 139 |
| § 113 – Execução Provisória e Definitiva | |
| 692 – Procedimento da execução forçada | 142 |
| 692-a – Observações sobre a petição inicial | 142 |
| § 114 – Disposições Gerais | |
| 693 – Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento | 145 |
| 694 – Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça | 145 |

Capítulo XXIX – Requisitos para realizar qualquer execução

| | |
|---|-----|
| § 115 – Pressupostos e Condições da Execução Forçada | |
| 695 – Pressupostos processuais e condições da ação | 148 |
| 696 – O título executivo | 148 |
| 696-a – Função do título executivo | 149 |
| 696-b – Efeito prático do título executivo | 150 |
| 696-c – Requisitos do título executivo: liquidez, certeza e exigibilidade | 150 |
| 696-d – Forma dos títulos executivos | 152 |
| 697 – O inadimplemento do devedor | 152 |
| 697-a – O inadimplemento em contrato bilateral | 153 |

Capítulo XXX – A Relação Processual e seus Elementos

| | |
|--|-----|
| § 116 – Elementos Objetivos e Subjetivos do Processo de Execução | |
| 698 – Elementos do processo executivo | 156 |

Capítulo XXXI – Elementos Subjetivos (I)

| | |
|--|-----|
| § 117 – Partes. Legitimação Ativa | |
| 699 – Nomenclatura | 158 |
| 700 – Legitimação ativa | 158 |
| 701 – Legitimação ativa originária do credor | 158 |
| 702 – Legitimação extraordinária do Ministério Público | 159 |
| 703 – Legitimação ativa derivada ou superveniente | 159 |
| 704 – Espólio | 160 |
| 705 – Herdeiros e sucessores | 161 |
| 706 – Cessionário | 161 |
| 707 – Sub-rogado | 162 |
| 708 – Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante | 163 |
| 709 – Terceiros interessados | 163 |

§ 118 – Legitimação Passiva

| | |
|---|-----|
| 710 – Legitimação passiva | 165 |
| 711 – Dívida e responsabilidade | 165 |
| 712 – O devedor | 166 |
| 713 – Espólio e sucessores | 167 |
| 714 – O novo devedor | 168 |
| 715 – Fiador judicial | 169 |
| 715-a – Fiador extrajudicial | 170 |
| 716 – Responsável tributário | 171 |
| 717 – Revelia do devedor e curador especial | 173 |

§ 119 – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros no Processo de Execução

| | |
|------------------------------------|-----|
| 718 – Litisconsórcio | 176 |
| 719 – Assistência | 176 |
| 720 – Denúnciação da lide | 177 |
| 721 – Chamamento ao processo | 178 |

§ 120 – Processo Cumulativo

| | |
|------------------------------------|-----|
| 722 – Cumulação de execuções | 181 |
| 722-a – Cúmulo subjetivo | 182 |

Capítulo XXXII – Elementos Subjetivos (II)

| | |
|---|-----|
| § 121 – O Órgão Judicial | |
| 723 – Juízo competente para a execução | 184 |
| 723-a – Execução de sentença | 184 |
| 723-b – Competência para execução de títulos extrajudiciais | 185 |
| 723-c – Competência para a execução fiscal | 185 |
| 723-d – Título executivo extrajudicial estrangeiro | 186 |
| 723-e – Competência para deliberação sobre os atos executivos | 186 |

Capítulo XXXIII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)

| | |
|---|-----|
| § 122 – Objeto da Atividade Executiva | |
| 724 – Bens exeqüíveis | 188 |
| 724-a – Resquícios da execução pessoal | 188 |
| § 123 – Responsabilidade Patrimonial | |
| 725 – Obrigação e responsabilidade | 190 |
| 726 – Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor | 191 |
| 727 – Responsabilidade e legitimação passiva para a execução | 191 |
| 728 – Responsabilidade executiva secundária | 192 |
| 729 – Excussão de bens do sucessor singular | 192 |
| 730 – Excussão de bens do sócio | 193 |
| 731 – Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica | 193 |
| 732 – Bens do devedor em poder de terceiros | 194 |
| 733 – Excussão de bens de devedor casado: tutela da meação | 195 |
| 734 – Bens alienados em fraude de execução | 195 |
| 735 – Casos de fraude de execução | 197 |
| 736 – Fraude de execução e insolvência do devedor | 198 |
| 736-a – A posição do terceiro adquirente em face da execução | 200 |
| 737 – Bens sujeitos ao direito de retenção | 201 |
| 738 – Excussão de bens do fiador | 201 |
| 739 – Bens de espólio | 202 |

Capítulo XXXIV – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)

| | |
|---|-----|
| § 124 – Execução de Títulos Extrajudiciais | |
| 740 – Execução de sentença e ação executiva | 204 |
| 741 – Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança | 204 |
| § 125 – Títulos Executivos Extrajudiciais | |
| 742 – Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação | 207 |
| 743 – Títulos cambiários e cambiariformes | 207 |
| 744 – Duplicata | 208 |
| 745 – Responsáveis cambiários | 208 |
| 746 – Documento público ou particular | 209 |
| 747 – Confissões de dívida | 210 |
| 747-a – Contrato de abertura de crédito | 210 |
| 748 – Hipoteca, penhor, anticrese e caução | 212 |
| 748-a – Execução hipotecária | 214 |
| 749 – Classificação das garantias | 215 |
| 750 – Seguros | 216 |
| 751 – Rendas imobiliárias | 216 |
| 752 – Encargo de condomínio | 217 |

| | |
|--|-----|
| 753 – Custas judiciais | 218 |
| 754 – Dívida ativa da Fazenda Pública | 218 |
| 755 – Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título ... | 221 |
| 756 – Títulos executivos definidos em outras leis | 222 |
| 757 – Títulos estrangeiros | 222 |

Capítulo XXXV – Disposições Gerais

| | |
|--|-----|
| § 126 – Regras Pertinentes às Diversas Espécies de Execução | |
| 758 – Organização da matéria no Código de Processo Civil | 224 |
| 759 – Direito de preferência gerado pela penhora | 224 |
| 760 – A documentação da petição inicial | 226 |
| 761 – Outras providências a cargo do credor | 226 |
| 762 – Obrigações alternativas | 226 |
| 763 – Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto | 227 |
| 764 – Medidas acautelatórias | 227 |
| 765 – Dívida sujeita à contraprestação | 227 |
| 766 – Petição inicial incompleta ou mal-instruída | 228 |
| 767 – Execução e prescrição | 228 |
| 768 – Nulidades no processo de execução | 229 |
| 769 – Imperfeição do título executivo | 229 |
| 770 – Falta de título executivo | 230 |
| 771 – Nulidade da execução fiscal | 230 |
| 772 – Vício da citação | 231 |
| 773 – Verificação da condição ou ocorrência do termo | 232 |
| 774 – A arguição das nulidades | 232 |
| 775 – A arrematação de bem gravado com direito real | 233 |
| 776 – Execução realizável por vários meios | 234 |
| 776-a – Peculiaridades da citação executiva | 234 |

Capítulo XXXVI – Execução para Entrega de Coisa

| | |
|--|-----|
| § 127 – Procedimento Próprio para a Execução das Obrigações de Entrega de Coisa | |
| 777 – Conceito | 238 |
| 778 – Entrega de coisa certa | 238 |
| 779 – Procedimento | 239 |
| 779-a – Cominação de multa diária | 240 |
| 780 – Efeito dos embargos | 240 |
| 781 – Alienação da coisa devida | 240 |
| 782 – Execução da obrigação substitutiva | 241 |
| 783 – Execução de coisa sujeita a direito de retenção | 242 |
| 784 – Títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i> | 242 |
| 784-a – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> (Lei nº 10.444, de 07.05.02) | 243 |
| 784-b – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa | 243 |
| 784-c – Embargos de retenção | 244 |
| 785 – Execução para entrega de coisa incerta | 244 |
| 786 – Medidas de coerção e apoio | 245 |

Capítulo XXXVII – Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer

| | |
|--|-----|
| § 128 – Procedimentos Próprios das Execuções das Obrigações de Fazer e Não Fazer | |
| 787 – O problema da execução das prestações de fato | 250 |

| | |
|---|-----|
| 788 – Fungibilidade das prestações | 250 |
| 789 – <i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação | 251 |
| 790 – Distinções preliminares | 252 |
| 791 – Princípios comuns | 252 |
| 792 – A sistemática preconizada pela Lei nº 10.444, de 07.05.02 | 253 |
| 793 – Execução das prestações fungíveis | 254 |
| 794 – Realização da prestação fungível por terceiro | 254 |
| 795 – Inadimplência do terceiro arrematante | 255 |
| 796 – Realização da prestação pelo próprio credor | 256 |
| 797 – Autotutela prevista no novo Código Civil | 256 |
| 798 – Execução das prestações infungíveis | 257 |
| 799 – Execução das obrigações de não fazer | 257 |
| 800 – Medidas sub-rogatórias e antecipatórias | 258 |

Capítulo XXXVIII – Execução por Quantia Certa

| | |
|--|-----|
| § 129 – Noções Gerais | |
| 801 – O objetivo da execução por quantia certa | 264 |
| 802 – Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados | 264 |
| 803 – Espécies | 265 |

Capítulo XXXIX – Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

| | |
|--|-----|
| § 130 – Fase de Proposição | |
| 804 – Execução por quantia certa contra devedor solvente | 268 |
| 805 – Proposição | 268 |
| 806 – Arresto de bens do devedor não encontrado | 269 |

Capítulo XL – Fase de Instrução (I)

| | |
|--|-----|
| § 131 – Penhora | |
| 807 – A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa | 272 |
| 808 – Natureza jurídica da penhora | 272 |
| 809 – Função da penhora | 274 |
| 810 – Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros | 275 |
| 811 – Inscrição da penhora que recai sobre imóvel | 277 |
| 812 – Penhora de imóvel na sistemática da Lei nº 10.444, de 07.05.02 | 278 |
| 812-a – Penhora de imóvel situado fora da comarca da execução | 280 |

| | |
|--|-----|
| § 132 – Objeto da Penhora | |
| 813 – Bens penhoráveis e impenhoráveis | 283 |
| 814 – Bens absolutamente impenhoráveis | 284 |
| 814-a – A impenhorabilidade do imóvel de residência da família | 286 |
| 814-b – Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal | 287 |
| 815 – Bens relativamente impenhoráveis | 288 |
| 816 – A penhorabilidade dos fundos líquidos do sócio em sociedade mercantil | 288 |
| 817 – Limites da penhora | 291 |
| 818 – Escolha dos bens a penhorar | 291 |
| 819 – Gradação legal da nomeação de bens à penhora e outras exigências da lei a serem cumpridas pelo devedor | 292 |
| 820 – Nomeação de bens pelo credor | 293 |
| 821 – Bens fora da comarca | 293 |

| | |
|---|-----|
| § 133 – Realização e Formalização da Penhora | |
| 822 – Penhora pelo oficial de justiça | 296 |
| 823 – Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial | 296 |
| 824 – Auto de penhora e depósito e penhora por termo do escrivão | 297 |
| 825 – Intimação de penhora | 297 |
| §134 – Penhoras Especiais | |
| 826 – Particularidades da penhora de certos bens | 300 |
| 827 – Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais | 300 |
| 828 – Penhora de direitos e ações | 300 |
| 829 – Penhora sobre créditos do executado | 301 |
| 830 – Sub-rogação do exequente nos direitos do executado | 301 |
| 831 – Penhora no rosto dos autos | 301 |
| 832 – Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas | 302 |
| 833 – Penhora de empresas e outros estabelecimentos | 302 |
| 834 – Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público | 303 |
| 835 – Penhora de navio ou aeronave | 303 |
| 836 – Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens | 304 |
| § 135 – Alterações e Resgate da Penhora | |
| 837 – Modificações da penhora | 306 |
| 838 – Remição da execução por quantia certa | 307 |
| § 136 – Depósito e Administração dos Bens Penhorados | |
| 839 – Depósito dos bens penhorados | 309 |
| 840 – Escolha do depositário | 309 |
| 841 – Função do depositário | 309 |
| 842 – Alienação antecipada dos bens penhorados | 310 |
| 843 – Depositário comum e depositário administrador | 310 |
| 844 – Responsabilidade do depositário | 311 |
| 845 – Entrega de bens após a expropriação executiva | 311 |
| 846 – Prisão civil do depositário judicial | 311 |

Capítulo XLI – Fase de Instrução (II)

| | |
|---|-----|
| § 137 – Expropriação | |
| 847 – Conceito | 314 |
| § 138 – Arrematação | |
| 848 – Conceito e natureza jurídica da arrematação | 316 |
| 849 – Avaliação | 316 |
| 850 – Laudo de avaliação | 317 |
| 851 – Reflexos da avaliação sobre a alienação forçada dos bens penhorados | 317 |
| 852 – Espécies de arrematação | 318 |
| 853 – Leilão e praça | 319 |
| 854 – Editais e outras divulgações da arrematação | 319 |
| 855 – Intimação do devedor | 320 |
| 855-a – Outras intimações | 320 |
| 856 – Adiamento da arrematação | 321 |
| 857 – A hasta pública | 322 |
| 858 – Legitimação para arrematar | 322 |
| 859 – Forma de pagamento da arrematação | 324 |
| 860 – Auto de arrematação | 324 |
| 861 – Arrematação de imóveis | 324 |

| | |
|---|-----|
| 862 – Desfazimento ou retratação da arrematação | 325 |
| 863 – Carta de arrematação | 328 |
| 864 – Efeitos da arrematação | 329 |
| 865 – Evicção e arrematação | 330 |
| 866 – Vícios redibitórios | 331 |
| 867 – Ação anulatória da arrematação | 331 |

§ 139 – Remição

| | |
|---|-----|
| 868 – Remição de bens | 334 |
| 869 – Remição de bens e remição da execução | 334 |
| 870 – Mecanismo da remição de bens | 334 |
| 871 – Bens passíveis de remição | 335 |
| 872 – Legitimação | 335 |
| 873 – Oportunidade | 336 |
| 874 – Preço | 337 |
| 875 – Sentença de remição | 337 |
| 876 – Carta de remição | 337 |

Capítulo XLII – Fase de Satisfação

§ 140 – Pagamento ao Credor

| | |
|--|-----|
| 877 – Satisfação do direito do credor | 340 |
| 877-a – Última etapa do processo de execução | 340 |

§ 141 – Pagamento por Entrega do Dinheiro

| | |
|---|-----|
| 878 – Entrega do dinheiro | 342 |
| 879 – Concurso de preferência sobre o produto da execução | 342 |
| 880 – Procedimento do concurso particular | 343 |

§ 142 – Pagamento por Adjudicação de Bens

| | |
|--|-----|
| 881 – Adjudicação | 345 |
| 882 – Pressuposto da adjudicação | 345 |
| 883 – Multiplicidade de pretendentes à adjudicação | 346 |
| 884 – Depósito do preço da adjudicação | 347 |
| 885 – Sentença e carta de adjudicação | 347 |

§ 143 – Pagamento por Usufruto Forçado

| | |
|---|-----|
| 886 – Usufruto de imóvel ou empresa | 350 |
| 887 – Usufruto forçado de empresa | 351 |

Capítulo XLIII – Execução Contra a Fazenda Pública

§ 144 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa contra o Poder Público

| | |
|---|-----|
| 888 – Execução forçada contra a Fazenda Pública | 358 |
| 888-a – Julgamento | 359 |
| 888-b – Exceções ao regime dos precatórios | 360 |
| 889 – Execução por quantia certa fundada em sentença | 361 |
| 889-a – Execução provisória | 361 |
| 889-b – O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consecrários | 362 |
| 889-c – Procedimento para obtenção do precatório complementar | 363 |
| 889-d – Execução de obrigação de dar | 364 |
| 890 – Embargos à execução contra a Fazenda Pública | 364 |

Capítulo XLIV – Execução da Obrigação de Alimentos

| | |
|--|-----|
| § 145 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa em Matéria de Alimentos | |
| 891 – Execução da prestação alimentícia | 370 |
| 891-a – A ação de alimentos e a técnica de cumprimento da sentença (Lei nº 11.232, de 22.12.2005) | 370 |
| 892 – Averbação em folha de pagamento | 370 |
| 893 – Prisão civil do devedor | 371 |
| 894 – Execução de alimentos provisionais e alimentos definitivos | 372 |
| 895 – Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos (art. 733) | 373 |

Parte XI – Oposição à Execução Forçada

Capítulo XLV – Resistência do Devedor e de Terceiros

| | |
|---|-----|
| § 146 – Embargos do Devedor | |
| 896 – Resistência à execução | 378 |
| 897 – Natureza jurídica dos embargos à execução | 378 |
| 898 – Classificação dos embargos do devedor | 379 |
| 899 – Legitimação | 379 |
| 900 – Autonomia dos embargos de cada co-executado | 381 |
| 901 – Competência | 382 |
| 902 – Generalidades sobre o processamento dos embargos | 383 |
| 903 – Segurança do juízo como condição da ação de embargos do devedor | 383 |
| 904 – Prazo para propositura dos embargos do devedor | 384 |
| 905 – Rejeição liminar dos embargos | 386 |
| 906 – Procedimento | 386 |
| 907 – Revelia nos embargos | 387 |
| 908 – Efeito suspensivo dos embargos | 387 |
| 908-a – Embargos parciais | 388 |
| 909 – Embargos à execução de sentença | 389 |
| 910 – Exceção de incompetência, suspeição ou impedimento | 389 |
| 911 – Embargos de retenção por benfeitorias | 390 |
| 912 – Embargos à execução fundada em título extrajudicial | 391 |
| 913 – Autonomia da ação de embargos do devedor | 392 |
| 913-a – Embargos à arrematação e à adjudicação | 393 |
| 913-b – Exceção de pré-executividade | 393 |
| § 147 – Embargos de Terceiro | |
| 914 – Conceito | 397 |
| 915 – Legitimação ativa | 397 |
| 916 – Legitimação passiva | 398 |
| 917 – Valor da causa | 398 |
| 918 – Competência | 399 |
| 919 – Oportunidade | 399 |
| 920 – Julgamento e recurso | 399 |
| 921 – Procedimento | 399 |
| 922 – Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real | 400 |
| 923 – Sucumbência na ação de embargos de terceiro | 400 |

Parte XII – Insolvência Civil

Capítulo XLVI – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

| | |
|---|-----|
| § 148 – Execução Concursal | |
| 924 – Execução coletiva e execução singular | 406 |

| | |
|---|-----|
| 925 – Pressupostos da execução coletiva | 407 |
| 926 – Efeitos da declaração de insolvência | 408 |
| 927 – Características da execução coletiva | 410 |
| 928 – Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil | 410 |
| § 149 – Primeira Fase do Processo de Insolvência | |
| 929 – Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo | 413 |
| 930 – Caracterização da insolvência | 414 |
| § 150 – Espécies de Procedimentos Concurais e Iniciativa do Processo | |
| 931 – Legitimação | 417 |
| 932 – Insolvência requerida pelo credor | 418 |
| 933 – Caráter facultativo da ação concursal | 418 |
| 934 – Insolvência de cônjuges | 419 |
| 935 – Ausência de bens penhoráveis do devedor | 419 |
| § 151 – Procedimentos da Execução Coletiva | |
| 936 – Procedimento da insolvência requerida pelo credor | 422 |
| 937 – Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio | 423 |
| § 152 – Competência para a Execução Concural | |
| 938 – Competência | 427 |
| § 153 – Sentença Declaratória de Insolvência | |
| 939 – Declaração judicial de insolvência | 429 |
| § 154 – Administração da Massa | |
| 940 – O administrador da massa | 432 |
| 941 – Atribuições do administrador | 433 |
| § 155 – Concurso de Credores | |
| 942 – Verificação e classificação dos créditos | 435 |
| 943 – Credores retardatários e credores sem título executivo | 436 |
| 944 – Quadro geral de credores | 436 |
| § 156 – Satisfação dos Direitos dos Credores e Finalização do Processo | |
| 945 – Apuração do ativo e pagamento dos credores | 439 |
| 946 – Encerramento e suspensão do processo | 439 |
| 947 – Saldo devedor | 440 |
| 948 – Extinção das obrigações | 441 |
| § 157 – Disposições Gerais | |
| 949 – Concordata civil | 444 |
| 950 – Pensão para o devedor | 444 |
| 951 – Insolvência de pessoas jurídicas | 445 |
| 951-a – Editais | 445 |

Parte XIII – Crises da Execução e Sistema Recursal

Capítulo XLVII – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

| | |
|--|-----|
| § 158 – Vicissitudes do Processo Executivo | |
| 952 – Suspensão da execução | 452 |
| 953 – Casos de suspensão | 452 |

| | |
|---|-----|
| 954 – Suspensão provocada por embargos | 453 |
| 955 – Suspensão prevista no art. 265, n ^{os} I a III | 453 |
| 955-a – Suspensão por transação | 453 |
| 956 – Suspensão por inexistência de bens penhoráveis | 453 |
| 957 – Efeitos da suspensão | 454 |
| 958 – Extinção da execução | 455 |
| 959 – Extinção por satisfação do direito do credor | 455 |
| 960 – Extinção por remissão da dívida | 455 |
| 961 – Extinção por renúncia | 456 |
| 962 – Outros casos de extinção da execução | 456 |
| 963 – Sentença de extinção | 457 |
| 964 – Coisa julgada | 457 |

§ 159 – Recursos no Processo de Execução

| | |
|---|-----|
| 965 – O problema recursal na execução | 460 |
| 966 – Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes | 460 |
| 967 – Casos de cabimento da apelação | 461 |
| 968 – Casos de agravo de instrumento | 461 |
| 969 – Efeitos dos recursos | 461 |
| 970 – Causas de alçada | 462 |

Parte XIV – Processo Cautelar

Capítulo XLVIII – Noções Gerais

§ 160 – Prevenção contra o Perigo de Dano no Curso do Processo

| | |
|---|-----|
| 971 – Processo e tempo | 466 |
| 972 – Processo principal e processo cautelar | 467 |
| 973 – A ação cautelar | 467 |
| 974 – Medidas cautelares | 468 |
| 975 – Peculiaridades da atividade cautelar. Instrumentalidade | 469 |
| 976 – Provisoriedade | 469 |
| 977 – Revogabilidade | 470 |
| 978 – Autonomia | 471 |
| 979 – Classificação das medidas cautelares | 471 |
| 980 – Classificação do direito positivo | 472 |
| 981 – Gráfico da classificação das medidas cautelares nominadas previstas no Código de Processo Civil | 473 |
| 982 – Medidas cautelares contenciosas e não contenciosas | 474 |
| 982-a – Medidas cautelares e outras medidas provisórias: tutela cautelar e tutela antecipatória | 474 |

§ 161 – Requisitos Específicos da Tutela Jurisdicional Cautelar

| | |
|---|-----|
| 983 – Requisitos da tutela cautelar | 477 |
| 984 – O <i>fumus boni iuris</i> | 477 |
| 985 – <i>Periculum in mora</i> | 478 |
| 986 – Oportunidade da providência cautelar | 479 |
| 987 – Tutela cautelar <i>ex officio</i> | 479 |
| 988 – Caráter incidental da medida cautelar <i>ex officio</i> | 480 |

§ 162 – Poder Geral de Cautela

| | |
|--|-----|
| 989 – Medidas típicas e medidas atípicas | 483 |
| 990 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica | 483 |
| 991 – Requisitos das medidas cautelares atípicas | 484 |

| | |
|---|-----|
| 992 – Forma e conteúdo das medidas atípicas | 484 |
| 993 – A discricionariedade do poder geral de cautela e a escolha da medida atípica | 485 |
| 994 – Opção entre medida típica e medida atípica | 486 |
| 995 – Aplicação prática de medidas atípicas | 486 |
| 996 – Limites do poder geral de cautela | 487 |

Capítulo XLIX – Relação Processual Cautelar

| | |
|---|-----|
| § 163 – Elementos Subjetivos do Processo Cautelar | |
| 997 – Legitimidade | 492 |
| 998 – Competência | 492 |
| 999 – Competência e prevenção do juízo | 493 |
| 1.000 – Competência cautelar em grau recursal | 494 |
| 1.000-a – Intervenção de terceiros | 495 |
| § 164 – Elementos Objetivos do Processo Cautelar | |
| 1.001 – Objetos da tutela cautelar | 498 |
| 1.002 – Provas | 498 |
| 1.003 – Instrução do processo cautelar | 498 |
| 1.004 – Autonomia da instrução do processo cautelar | 499 |

Capítulo L – Procedimento

| | |
|---|-----|
| § 165 – O Procedimento da Ação Cautelar | |
| 1.005 – O procedimento da ação cautelar | 502 |
| 1.006 – Procedimentos cautelares | 502 |
| 1.007 – Autuação própria | 503 |
| 1.008 – Cumulação de pedidos principais e cautelares | 503 |
| 1.009 – Estabelecimento da relação jurídica processual | 504 |
| § 166 – Petição Inicial da Ação Cautelar | |
| 1.010 – Petição inicial | 507 |
| 1.011 – Requisitos da petição inicial: partes e autoridade judiciária | 507 |
| 1.012 – Lide e seu fundamento | 508 |
| 1.013 – Exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão | 508 |
| 1.014 – Provas a produzir | 509 |
| 1.015 – O pedido | 510 |
| 1.016 – Despacho da inicial e citação do requerido | 510 |
| § 167 – Resposta do Requerido e Audiência de Instrução e Julgamento | |
| 1.017 – A defesa do requerido | 513 |
| 1.018 – Contestação, exceção e reconvenção | 513 |
| 1.019 – Revelia | 514 |
| 1.020 – Audiência de instrução e julgamento | 514 |
| § 168 – Medida Liminar e Contracautela | |
| 1.021 – Medida cautelar <i>inaudita altera parte</i> | 516 |
| 1.022 – Comprovação dos requisitos da medida liminar | 517 |
| 1.023 – Contracautela | 517 |

Capítulo LI – Sentença e Execução em Processo Cautelar

| | |
|--|-----|
| § 169 – Sentença Cautelar | |
| 1.024 – Julgamento da pretensão cautelar | 520 |

| | |
|---|-----|
| 1.025 – Coisa julgada | 520 |
| 1.026 – Limites da sentença | 521 |
| 1.027 – Fundamentação | 521 |
| 1.028 – Sucumbência e honorários advocatícios | 521 |

§ 170 – Execução das Medidas Cautelares

| | |
|--|-----|
| 1.029 – Execução em matéria cautelar | 525 |
| 1.030 – Figura unitária do processo cautelar | 525 |
| 1.031 – Impossibilidade de embargos à execução | 526 |
| 1.032 – Prazo para executar a medida cautelar | 526 |

Capítulo LII – Vicissitudes das Medidas Cautelares

§ 171 – Fungibilidade

| | |
|---|-----|
| 1.033 – Fungibilidade das medidas cautelares | 530 |
| 1.034 – A fungibilidade como evidência da verdadeira natureza do processo cautelar .. | 530 |
| 1.035 – Condição de admissibilidade da caução substitutiva | 530 |
| 1.036 – Procedimento | 531 |

§ 172 – Eficácia da Medida Cautelar no Tempo

| | |
|--|-----|
| 1.037 – Prazo ordinário de duração da medida cautelar | 533 |
| 1.038 – A medida preparatória e o prazo de ajuizamento da ação principal | 533 |
| 1.039 – Inobservância do prazo de ajuizamento da ação principal | 533 |
| 1.040 – Conclusão | 534 |
| 1.041 – Suspensão do processo | 535 |

§ 173 – Extinção da Medida Cautelar

| | |
|---|-----|
| 1.042 – Formas de extinção da medida cautelar | 537 |
| 1.043 – Processamento da extinção | 537 |
| 1.044 – Impossibilidade de renovar a medida que perdeu a eficácia | 537 |

§ 174 – Modificação e Revogação da Medida Cautelar

| | |
|--|-----|
| 1.045 – Modificabilidade e revogabilidade | 540 |
| 1.046 – Procedimento | 540 |
| 1.047 – Revogação de medida cautelar liminar | 541 |

Capítulo LIII – Recursos no Processo Cautelar

§ 175 – Remédios Recursais

| | |
|---|-----|
| 1.048 – Apelação | 544 |
| 1.049 – Agravo | 544 |
| 1.050 – Recurso extraordinário e recurso especial | 544 |

Capítulo LIV – Responsabilidade Civil Decorrente da Medida Cautelar

§ 176 – Reparação do Dano Causado pela Medida Cautelar

| | |
|--|-----|
| 1.051 – Responsabilidade civil do promovente | 546 |
| 1.052 – Liquidação e execução da indenização | 546 |

Capítulo LV – Procedimentos Cautelares Específicos

§ 177 – Arresto

| | |
|-----------------------------------|-----|
| 1.053 – Conceito | 550 |
| 1.054 – Arresto e seqüestro | 550 |

| | |
|---|-----|
| 1.055 – Pressupostos para concessão do arresto | 551 |
| 1.056 – Prova de dívida líquida e certa | 551 |
| 1.057 – Fundado receio de dano | 551 |
| 1.058 – Comprovação dos pressupostos do arresto | 552 |
| 1.059 – Prova documental | 552 |
| 1.060 – Justificação prévia | 553 |
| 1.061 – Caução | 553 |
| 1.062 – Liquidez e certeza do título do promovente | 554 |
| 1.063 – Bens arrestáveis | 554 |
| 1.064 – Legitimação para a ação de arresto | 555 |
| 1.065 – Competência | 555 |
| 1.066 – Procedimento | 556 |
| 1.067 – Execução do arresto | 556 |
| 1.068 – Depositário | 557 |
| 1.069 – Suspensão da execução do arresto | 557 |
| 1.070 – Efeitos do arresto | 558 |
| 1.071 – Extinção do arresto | 558 |
| | |
| § 178 – Seqüestro | |
| 1.072 – Conceito | 562 |
| 1.073 – Ação de seqüestro | 562 |
| 1.074 – Procedimento | 563 |
| 1.075 – Disciplina comum do arresto e do seqüestro | 563 |
| 1.076 – Cabimento do seqüestro | 563 |
| 1.077 – Objeto do seqüestro | 563 |
| 1.078 – Requisitos de admissibilidade do seqüestro | 564 |
| 1.079 – Casuísmo legal | 564 |
| 1.080 – Receio de rixas e danificações | 565 |
| 1.081 – Seqüestro de frutos e rendimentos do imóvel reivindicando | 566 |
| 1.082 – Seqüestro a propósito de ações matrimoniais | 566 |
| 1.083 – Outras previsões legais de seqüestro | 567 |
| 1.084 – Execução e efeitos do seqüestro | 567 |
| | |
| § 179 – Caução | |
| 1.085 – Conceito | 571 |
| 1.086 – Classificação | 571 |
| 1.087 – Cauções legais | 571 |
| 1.088 – Cauções negociais | 572 |
| 1.089 – Caução processual | 572 |
| 1.090 – A ação de caução | 572 |
| 1.091 – Objeto da caução | 573 |
| 1.092 – Legitimação e competência | 573 |
| 1.093 – Procedimento | 573 |
| 1.094 – Cauções tipicamente cautelares | 574 |
| 1.095 – Execução da sentença | 575 |
| 1.096 – Caução às custas | 575 |
| 1.097 – Reforço da caução | 576 |
| | |
| § 180 – Busca e Apreensão | |
| 1.098 – Conceito | 579 |
| 1.099 – Classificação | 579 |
| 1.100 – Pressupostos | 580 |
| 1.101 – Objeto | 580 |
| 1.102 – Competência | 580 |

| | |
|---|-----|
| 1.103 – Procedimento | 580 |
| 1.104 – Busca e apreensão em matéria de direitos autorais | 581 |
| § 181 – Exibição | |
| 1.105 – Conceito | 584 |
| 1.106 – Ação de exibição | 584 |
| 1.107 – Classificação | 584 |
| 1.108 – Exibição incidental | 585 |
| 1.109 – Ação cautelar exhibitória | 585 |
| 1.110 – Exibição de coisas móveis | 586 |
| 1.111 – Exibição de documentos | 586 |
| 1.112 – Exibição de escrituração e documentação comercial | 587 |
| 1.113 – Procedimento da ação exhibitória contra parte | 588 |
| 1.114 – Procedimento da ação exhibitória contra terceiro | 590 |
| 1.115 – Eficácia da exibição | 591 |
| 1.116 – Prevenção de competência | 591 |
| 1.117 – Ação exhibitória e medida liminar | 591 |
| § 182 – Produção Antecipada de Provas | |
| 1.118 – Antecipação de prova | 595 |
| 1.119 – Ação cautelar antecipatória | 595 |
| 1.120 – Cabimento | 595 |
| 1.121 – Oportunidade | 597 |
| 1.122 – Objeto da antecipação de prova | 597 |
| 1.123 – Competência | 597 |
| 1.124 – Procedimento | 598 |
| 1.125 – Sentença | 599 |
| 1.126 – Valoração da prova antecipada | 599 |
| 1.127 – Eficácia | 599 |
| 1.128 – Medida <i>invidua altera parte</i> | 600 |
| 1.129 – Despesas processuais | 600 |
| 1.130 – Destino dos autos | 600 |
| § 183 – Alimentos Provisionais | |
| 1.131 – Alimentos | 603 |
| 1.132 – Alimentos provisionais | 603 |
| 1.133 – Cabimento e oportunidade | 604 |
| 1.134 – Legitimação | 605 |
| 1.135 – Competência | 605 |
| 1.136 – Procedimento | 605 |
| 1.137 – Conteúdo dos alimentos provisionais | 606 |
| 1.138 – Alimentos provisionais fora das relações matrimoniais | 607 |
| 1.139 – Outras ações de cunho alimentar | 607 |
| 1.140 – Duração da prestação provisional de alimentos | 608 |
| 1.141 – Execução | 608 |
| § 184 – Arrolamento de Bens | |
| 1.142 – Conceito | 612 |
| 1.143 – Pressupostos | 612 |
| 1.144 – Objetivo da medida | 613 |
| 1.145 – Legitimação | 613 |
| 1.146 – Procedimento | 613 |
| 1.147 – O contraditório | 614 |

| | |
|--|-----|
| 1.148 – Sentença | 615 |
| 1.149 – Eficácia | 615 |
| § 185 – Justificação | |
| 1.150 – Conceito | 618 |
| 1.151 – Natureza jurídica | 618 |
| 1.152 – Objetivo | 618 |
| 1.153 – Competência | 619 |
| 1.154 – Procedimento | 619 |
| 1.155 – Julgamento da justificação | 620 |
| § 186 – Protestos, Notificações e Interpelações | |
| 1.156 – Conceito | 623 |
| 1.157 – Protesto | 623 |
| 1.158 – Notificação | 624 |
| 1.159 – Interpelação | 624 |
| 1.160 – Indeferimento do pedido | 624 |
| 1.161 – Contraprotesto | 625 |
| 1.162 – Procedimento | 626 |
| 1.163 – Encerramento do feito e destino dos autos | 627 |
| § 187 – Homologação do Penhor Legal | |
| 1.164 – Penhor legal: efetivação e homologação | 630 |
| 1.165 – Natureza jurídica da medida processual | 630 |
| 1.166 – Procedimento | 631 |
| 1.167 – Sentença | 632 |
| 1.168 – Execução | 632 |
| § 188 – Posse em Nome do Nascituro | |
| 1.169 – Conceito | 635 |
| 1.170 – Natureza da ação | 635 |
| 1.171 – Legitimação | 635 |
| 1.172 – Procedimento | 636 |
| 1.173 – Sentença | 637 |
| 1.174 – Efeitos | 637 |
| § 189 – Atentado | |
| 1.175 – Conceito | 641 |
| 1.176 – O atentado no Código de Processo Civil | 641 |
| 1.177 – Cabimento | 641 |
| 1.178 – Pressupostos do atentado | 642 |
| 1.179 – Exame do casuísmo legal | 642 |
| 1.180 – Legitimidade | 643 |
| 1.181 – Competência | 644 |
| 1.182 – Procedimento | 644 |
| 1.183 – Sentença | 645 |
| 1.184 – Execução da sentença e suspensão do processo | 645 |
| 1.184-a – Perdas e danos | 646 |
| § 190 – Protesto e Apreensão de Títulos | |
| 1.185 – Protesto cambiário | 649 |
| 1.185-a – Procedimento | 649 |
| 1.185-b – Registro do protesto | 650 |

| | |
|---|-----|
| 1.185-c – Dúvidas do Oficial | 650 |
| 1.185-d – Apreensão do título e prisão do devedor | 651 |

§ 191 – Outras Medidas Provisionais

| | |
|--|-----|
| 1.186 – As medidas provisionais do art. 888 do CPC | 655 |
| 1.186-a – Procedimento | 655 |

Parte XV – Tutela Jurisdicional Diferenciada

Capítulo LVI – Tutela de Urgência

§ 192 – Noções Introdutórias

| | |
|--|-----|
| 1.187 – A tutela de urgência e a adequação do sistema processual ao direito material .. | 660 |
| 1.187-a – As liminares e a história da antecipação de tutela no direito brasileiro | 661 |
| 1.187-b – Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade | 662 |
| 1.187-c – A tradicional distinção entre medidas cautelares e medidas antecipatórias no direito brasileiro | 664 |
| 1.187-d – A visão unitária da tutela de urgência | 666 |
| 1.187-e – A fungibilidade reconhecida entre medidas cautelares e medidas antecipatórias pela Lei nº 10.444, de 07.05.02 | 667 |
| 1.187-f – Conclusão | 669 |

§ 193 – Tutela Antecipada

| | |
|---|-----|
| 1.188 – Intróito | 672 |
| 1.188-a – A reforma do Código de Processo Civil brasileiro e a antecipação de tutela ... | 674 |
| 1.188-b – Justificação da tutela antecipada | 675 |
| 1.188-c – Conceito de tutela antecipada | 676 |
| 1.188-d – Compatibilização da tutela antecipada com os direitos fundamentais | 677 |
| 1.188-e – Casos de antecipação de tutela | 679 |
| 1.188-e-1 – Contestação parcial | 680 |
| 1.188-f – Extensão | 680 |
| 1.188-g – Pressupostos | 681 |
| 1.188-h – Outros pressupostos | 682 |
| 1.188-i – Momento ou oportunidade | 683 |
| 1.188-j – Provisoriedade | 684 |
| 1.188-l – Reversibilidade | 684 |
| 1.188-m – Pessoas jurídicas de direito público | 685 |
| 1.188-n – Tutela cautelar e tutela antecipada | 686 |
| 1.188-o – O abuso do direito de defesa como elemento diferenciador entre a tutela cautelar e a tutela antecipada | 687 |
| 1.188-p – Conclusão | 688 |

§ 194 – Antecipação de Tutela em Ações Declaratórias e Constitutivas

| | |
|---|-----|
| 1.189 – Noção de antecipação de tutela | 691 |
| 1.189-a – Requisitos da tutela antecipada | 691 |
| 1.189-b – Natureza das providências antecipatórias | 692 |
| 1.189-c – A antecipação de tutela e as diversas modalidades de sentença de mérito | 694 |
| 1.189-d – Cumulação de pedidos declaratórios e constitutivos com pedido condenatório | 701 |
| 1.189-e – Conclusão | 701 |

§ 195 – Execuções das Medidas Cautelares e Antecipatórias

| | |
|---|-----|
| 1.190 – Jurisdição e execução | 703 |
| 1.190-a – Processo de conhecimento e processo de execução | 704 |

| | |
|--|-----|
| 1.190-b – Medidas cautelares | 705 |
| 1.190-c – Execução das medidas cautelares | 706 |
| 1.190-d – Caráter mandamental da decisão que ordena medida cautelar | 707 |
| 1.190-e – Tutela antecipatória | 710 |
| 1.190-f – Execução das medidas de antecipação de tutela | 711 |
| § 196 – Necessidade de Não Radicalizar a Distinção entre Antecipação de Tutela e Medida Cautelar | |
| 1.191 – Intróito | 714 |
| 1.191-a – Pressupostos da tutela cautelar e da antecipação de tutela | 716 |
| 1.191-b – Inconveniência da radicalização na separação dos casos de tutela cautelar dos de antecipação de tutela | 718 |
| 1.191-c – Conclusão | 720 |
| § 197 – Responsabilidade Civil Objetiva Derivada de Execução de Medida Cautelar ou Medida de Antecipação de Tutela | |
| 1.192 – Fontes da responsabilidade civil | 723 |
| 1.192-a – A responsabilidade civil no Código de Processo Civil | 725 |
| 1.192-b – A responsabilidade civil na execução de medidas judiciais provisórias | 728 |
| 1.192-c – Dos danos indenizáveis e sua execução | 731 |
| 1.192-d – Conclusão | 733 |
| Bibliografia | 735 |
| Índice Onomástico | 749 |
| Índice Alfabético de Assuntos | 753 |
| Índice dos Fluxogramas | 785 |